

TRABALHO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA: A PRODUÇÃO DA CONSCIÊNCIA¹

Nágela Aparecida Brandão²

Resumo

O propósito deste artigo é apresentar parte das reflexões empreendidas na pesquisa de doutorado cujo objeto foram as práticas educativas desenvolvidas em um assentamento de reforma agrária, entendidas enquanto práticas que se desenvolvem na produção e nas relações por ela engendradas. Os procedimentos técnicos de coleta de dados envolveram o levantamento bibliográfico, entrevistas e visitas. Tendo como foco de análise a dimensão da formação política, pode-se perceber o caráter profundamente formador do movimento social e do trabalho coletivo.

Palavras-Chave: Trabalho – Educação de Adultos – Assentamentos de Reforma Agrária

ADULT WORK AND EDUCATION IN AREAS OF AGRARIAN REFORM: THE PRODUCTION OF CONSCIOUSNESS

Abstract

The purpose of this article is to present part of the reflections undertaken in the doctoral research whose object was the educational practices developed in an agrarian reform settlement, understood as practices that are developed in the production and the relations engendered by it. The technical procedures for data collection involved a bibliographic survey, interviews, and visits. Focusing on the analysis of the dimension of political formation, one can see the deeply forming character of the social movement and collective work.

Keywords: Work – Adult Education – Agrarian Reform Settlements

TRABAJO Y EDUCACIÓN DE ADULTOS EN ÁREAS DE REFORMA AGRARIA: PRODUCCIÓN DE CONCIENCIA

Resumen

El propósito de este artículo es presentar parte de las reflexiones realizadas en la investigación doctoral cuyo objeto fueron las prácticas educativas desarrolladas en un asentamiento de reforma agraria, entendidas como prácticas que se desarrollan en la producción y en las relaciones engendradas por ella. Los procedimientos técnicos para la recolección de datos incluyeron una encuesta bibliográfica, entrevistas y visitas. Centrándonos en el análisis de la dimensión de la formación política, se percibe el carácter profundamente formativo del movimiento social y del trabajo colectivo.

Palabras clave: Trabajo - Educación de adultos - Asentamientos de reforma agraria

¹ Artigo recebido em 16/07/2021. Primeira avaliação em 19/07/2021. Segunda avaliação em 27/07/2021. Terceira avaliação em 15/08/2021. Aprovado em 22/09/2021. Publicado em 11/11/2021. DOI: <http://doi.org/10.22409/tn.v19i40.50872>

²Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil, Professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE/UEMG), Pesquisadora do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos (NEPEJA/UEMG). E-mail: nagela.brandao@uemg.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7195232489120252>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6064-7549>

Introdução

Quando se pensa na relação Trabalho e Educação, em geral, e trabalho e Educação de Jovens e Adultos, em particular, um conjunto de indagações se faz presente: do que se trata esta relação; quais são suas origens; em que medida o trabalho contribui para a formação humana; pode-se afirmar que o trabalho é o princípio pedagógico fundamental; como esta relação se concretiza historicamente; quais são as principais teorias interpretativas dessa relação?

Ainda que seja vasta a produção teórica acerca dessas questões e que, particularmente no Brasil, o GT Trabalho e Educação da Associação Nacional de Pesquisa de Pós-Graduação em Educação (ANPEd) venha, por meio das suas pesquisas e debates, clareando vários aspectos que norteiam a relação trabalho e educação, parece-nos imprescindível retomar alguns pontos desta discussão.

Pensar na relação entre trabalho e educação implica ter uma visão mais complexa sobre o que seja a educação, uma visão mais articulada e densa da teoria do educativo, como afirma Arroyo (1998). Significa entender que o processo de formação não acontece somente no espaço escolar e nem tem um único sentido. Outros espaços sociais como a fábrica, a igreja, o sindicato, o partido, o movimento social, dentre outros, são lócus de formação, aprendizado e cultura.

Neste sentido, o propósito deste artigo é apresentar parte das reflexões empreendidas ao longo da pesquisa de doutorado³ cujo objeto de estudo foram as práticas educativas desenvolvidas em um assentamento de reforma agrária em Minas Gerais, entendidas enquanto práticas que se desenvolvem na produção e nas relações por ela engendradas. A partir da compreensão do significado concreto e historicamente determinado do trabalho no assentamento, buscou-se entender como se estabelece essa relação. Diante da complexidade do tema e do conjunto de variáveis que deveria ser levado em conta no momento da pesquisa de campo, optou-se por privilegiar as práticas educativas construídas no contexto produtivo, no processo de trabalho⁴.

³ Este texto é parte das reflexões realizadas em tese de doutorado apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais no ano de 2011.

⁴ O assentamento pesquisado foi escolhido por ser um dos primeiros criados no estado de Minas Gerais, fruto da primeira ocupação realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no ano de 1988 e por ter uma experiência bastante significativa na solução do problema produtivo através

No campo de estudos da Educação de Jovens e Adultos, como nos lembra o professor Miguel Arroyo (2017), é fundamental trazer o trabalho e a condição de trabalhador para a agenda pedagógica, não somente no sentido de ver os estudantes da EJA como estudantes que trabalham ou colocar o trabalho como tema de estudo, mas trazê-los para o centro do processo de formação. Desse modo, reconhecer o campo, o trabalho no campo, a condição de sem-terra, o tornar-se Sem Terra, a luta por direitos e por uma sociedade emancipada alarga e enriquece o pensamento pedagógico, aprisionado, em grande medida, na escola como espaço central de formação.

A concepção gramsciana acerca do trabalho como princípio educativo, aqui entendido como articulação entre a formação técnica, tecnológica e formação política na produção das condições de existência, orientou a pesquisa e a discussão dos dados coletados. Neste artigo, a ênfase será dada à dimensão política, à produção da consciência que tem força real e sustenta as condições de existência, nos modos como o trabalhador sem-terra se educa nas relações de produção inauguradas no processo de luta e conquista da terra. Vale destacar que esta distinção entre as dimensões (produção das condições de existência e produção da consciência) tem um caráter analítico e não orgânico, ou seja, estas dimensões se entrelaçam e se inserem em relações sociais mais amplas que não serão objeto de análise no presente trabalho. Limitar-se-á a entender a produção da “consciência” em um assentamento de reforma agrária, a formação política, as formas de pensar e sentir a vida articuladas às formas de organizar o trabalho e a sociabilidade no assentamento pesquisado⁵.

Trabalho e a reforma moral e intelectual: a produção da consciência no assentamento

Um ser humano reconstrói-se na medida em que acredita que dentro de si há material importante para colocar e tapar os vazios que o tempo de dominação provocou. Não é fácil ser livre quando ainda não aprendemos pronunciar a palavra liberdade (BOGO, 2000, p. 34).

da criação de uma cooperativa de produção agropecuária. Os procedimentos técnicos de coleta e análise de dados envolveram o levantamento bibliográfico bem como entrevistas e visitas in loco que possibilitaram apreender o objeto de estudo em suas várias dimensões. Foram realizadas observações e entrevistas individuais semiestruturadas com trabalhadores assentados e técnicos do INCRA-MG bem como a análise de documentos elaborados pelo INCRA-MG – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - e universidades.

⁵ Em outro artigo publicado nos anais do VII Sitre, discuto de forma mais aprofundada a dimensão da formação do trabalhador Sem Terra a partir do processo produtivo. Maiores detalhes ver: BRANDÃO, Nágela. A produção da vida material em um assentamento de reforma agrária em Minas Gerais: reflexões a partir do conceito “processo de trabalho”.

A epígrafe acima, escrita por um dos intelectuais orgânicos do MST, exemplifica bem o desafio colocado neste artigo, a saber, o de identificar as formas de produção da consciência ao longo do processo de luta e constituição do assentamento pesquisado. O foco estará na produção da concepção de mundo necessária às novas formas de trabalhar, pois, estas últimas “*são indissolúveis de um determinado modo de viver, pensar e sentir a vida*” (GRAMSCI, 1980, p.396).

Essa visão de mundo não é única, mas resultado de várias concepções que se interpenetram e se chocam no longo processo de construção do assentamento. Não é pretensão aqui fazer uma investigação aprofundada sobre o assunto, mas refletir sobre alguns elementos que a pesquisa de campo revelou como sendo orientadores da forma de viver e pensar a vida no assentamento. Vale salientar a força de algumas concepções do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST –, movimento ao qual o assentamento é vinculado, na orientação desta concepção.

Fernandes (2008) faz uma ponderação interessante sobre o sentido dado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST ao que é produzido nos assentamentos de reforma agrária. Ao visitar os vários estandes dos assentamentos do país em uma das edições do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, observou que geralmente eram expostas mercadorias dos mais diferentes tipos, industrializadas ou in natura. Nos estandes vinculados ao MST, além destes produtos, podia-se ter acesso a livros, revistas, jornais etc., não só do movimento como também de temas relacionados à construção da consciência dos trabalhadores. Pode-se dizer, portanto, que o movimento não se preocupa apenas com a dimensão da sobrevivência e da manutenção das condições materiais de vida nos assentamentos, mas também com a produção da consciência de classe.

Ao identificar-se como herdeiro das histórias das lutas dos camponeses no Brasil, o MST soube transformar a reforma agrária em uma das grandes lutas políticas nacionais. Conforme Fernandes (1996, 2008), desde a sua origem o movimento tem se “territorializado” por toda a nação por meio da ocupação de terras. Embora esta não seja uma forma nova de luta do campesinato brasileiro, houve uma intensificação dela com o aumento do número de famílias sem-terra e de ocupações de terra a partir dos anos oitenta.

Segundo Caldart (2000), o processo de formação dos sem-terra do MST

precisa ser visto a partir de dois aspectos que se complementam e se articulam: o primeiro refere-se à própria história de lutas e ocupações do movimento que compuseram a trajetória dos trabalhadores desde as ocupações de terra no sul do Brasil, os primeiros acampamentos, a criação do MST até chegar à configuração dos Sem Terra que marcham juntos com outros movimentos para a construção de um projeto para o Brasil. A autora identifica três grandes momentos que marcaram o caminho percorrido, a saber:

O primeiro momento é o da articulação e organização da luta pela terra para construção de um movimento de massas de caráter nacional; o segundo momento é o do processo de constituição do MST como uma organização social dentro do movimento de massas; e o terceiro momento, o atual, é o da inserção do movimento de massas e da organização social MST na luta por um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil. (...) Os Sem Terra são ao mesmo tempo os cultivadores e os frutos desta trajetória, e sua identidade se completa em cada um destes momentos (p. 65).

Ainda conforme Caldart (2000), há um entendimento comum entre analistas de que o grande mérito do MST tem sido o de ser capaz de generalizar uma bandeira de luta ligada a interesses específicos de determinado grupo social e transformá-la em uma bandeira com espectro mais amplo e abrangente da sociedade. Ao mesmo tempo em que pautou a luta pela reforma agrária como uma luta de todos, incorporou outras lutas do povo brasileiro como suas. Neste sentido, vem buscando transformar o sem-terra em “lutador do povo”, conforme se autodenominam correntemente seus militantes.

O segundo aspecto característico da formação dos Sem Terra refere-se à experiência humana acumulada no processo de participação do MST ao longo da sua trajetória. A dinâmica de organização do movimento possibilita a constituição de vivências que têm uma profunda ação educativa ou formadora na construção da identidade Sem Terra. Caldart (2000) salienta cinco vivências socioculturais fundamentais na formação dos Sem Terra: a ocupação de terra, o acampamento, a organização do assentamento, o ser MST, a ocupação da escola.

Para Vendramini (2000), a originalidade do MST pode ser percebida nas seguintes características que formam o seu “jeito de ser”: constitui-se não somente em um movimento de protesto, mas também em uma organização social e política de massas estruturada nacionalmente com alto grau de articulação interna e homogeneidade nas formas de luta; sua forma de atuação baseia-se na

combatividade permanente que não se esgota com a conquista da terra, mas continua através das mobilizações e engajamento dos assentados na luta do movimento; é um espaço de socialização e formação política onde os trabalhadores aprendem a se organizar, a participar, a negociar e a lutar, criam uma identidade social, adquirem consciência dos seus interesses e lutam por um projeto coletivo para além do seu projeto pessoal; sua dinâmica de organização e mobilização permite a formação política e técnica, que mobiliza tanto os conhecimentos e capacidades de mudanças estruturais quanto os que auxiliam a capacidade de produção; sua radicalidade reside na proposta de transformação da ordem existente. Todas as suas instâncias de decisão, organização (núcleos de base, coordenação executiva nacional, setores de organização, encontros e congressos nacionais etc.) e de mobilização (reunião, passeatas, marchas etc.) são consideradas momentos de formação e politização.

As questões que se colocam neste momento é entender como aconteceu o processo de formação dos Sem Terra no assentamento pesquisado. Quais os impasses enfrentados nesta construção, particularmente na questão do trabalho coletivo? Qual o papel da formação política na construção das escolhas, projetos e existência das famílias no assentamento.

Bogo (2000) afirma que uma das tarefas imediatas dos homens e mulheres do MST é a de promover a consciência nos vários aspectos da vida humana. Educação, religião, trabalho, mecanização, preservação da natureza, agrovila, agroindústria, mística, enfim, tudo aquilo que faz parte da vida no assentamento precisa se repetir e se manifestar de forma consciente com o propósito de aperfeiçoar a construção da existência social nas áreas de reforma agrária.

Na realização da reforma moral e intelectual, uma das tarefas que se coloca para as classes subalternas é a da crítica à ideologia burguesa e ao senso comum que mantém sua consciência aprisionada à ideologia dominante. Para Bogo (2000), o Movimento vem procurando realizar essa crítica, buscando suplantar os preconceitos e crenças que por muito tempo “tingiram as consciências” e turvam o espírito crítico impedindo a unidade dos subalternos em torno dos seus interesses classistas. É o que ele chama de “cultura consciente”, os passos seguidos pelos Sem Terra no seu esforço coletivo de imprimir outro rumo a sua história, fazer valer seus interesses, produzir a existência sob novas circunstâncias.

Na verdade, todo momento você está discutindo é formação, é

consciência. Porque se não fosse o movimento Sem Terra eu tava hoje aonde? Lá no meu cantinho, na minha comunidade ou tava na cidade. Isso você trabalha talvez a consciência (Entrevistado C).

Esta crítica não acontece somente no plano das ideias, mas praticamente, na ação, na “realização” da filosofia. As famílias Sem Terra, ao conquistarem a terra e serem assentadas, produzem não somente mercadorias, mas criam e recriam sua existência. No contexto mais amplo da luta pela terra, elas constroem assentamentos, participam de ocupações, marchas, ajudam no fortalecimento da consciência revolucionária. O movimento entende que a conquista da terra e a constituição do assentamento são somente um passo, uma vitória singular para acumular forças para o projeto popular revolucionário.

Formação do Sem Terra no assentamento

Gramsci (1980) afirma que na análise de um determinado momento histórico deve-se levar em conta a correlação de forças na sociedade para avaliar se já existem as condições necessárias para a construção de uma nova hegemonia. Ele distingue alguns momentos constituintes da luta de classes, sendo que num primeiro instante os agrupamentos, as classes existem objetivamente de acordo com o nível de desenvolvimento da economia. Nesse, a classe ainda não se coloca politicamente, mas já estão presentes as condições necessárias e suficientes para a transformação.

No Brasil, sob o comando da ditadura militar, a modernização da agricultura sem transformações fundiárias levou à expropriação de grande número de trabalhadores do campo e, conseqüentemente, ao êxodo rural. Em um contexto de forte repressão às organizações existentes ou emergentes, terras públicas foram transferidas para grandes grupos econômicos, tendo sido algumas usadas para produzir e outras mantidas como reserva de valor. Ao longo dos anos setenta, diante da falta de alternativas e alimentado pelo sindicalismo rural e pelo trabalho pastoral junto às comunidades rurais, um contingente populacional disposto a lutar pela terra voltou a se formar. Primeiro algumas ocupações espontâneas ocorreram, depois, à medida que se avolumavam, iam dando novos rumos ao conflito agrário e criando a base social que permitiu o surgimento do MST.

Dadas as condições objetivas, um segundo momento, na visão de Gramsci (1980), se instaura, momento este em que se pode avaliar o patamar de consciência

e identidade alcançada pelos grupos sociais. Ele pode ser distinguido em três níveis: primeiro, no nível econômico-corporativo, em que o grupo profissional se identifica, mas ainda não se organiza enquanto classe. Segundo, no nível de consciência de classe em que existe solidariedade em torno dos interesses do grupo social mais amplo, porém, ainda na dimensão econômica. Na terceira fase, a classe ultrapassa o terreno corporativo e se constitui em Estado.

(..). é a fase em que as ideologias germinadas anteriormente transformam-se em “partido”, entram em choque e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma combinação delas, tende a prevalecer, a se impor, a se irradiar em toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral (GRAMSCI, 1980, p.50).

Pode-se dizer que a leitura feita por Caldart (2000) sobre os momentos históricos através dos quais o MST foi se construindo segue essa análise de Gramsci. A partir da existência da base social do movimento, essa se articula em torno dos seus interesses econômico-corporativos (um chão para sobreviver), forma uma organização de luta por estes interesses até alcançar o momento superior, ético-político, da participação na luta por transformações mais profundas. O assentamento pesquisado também parece ter vivenciado essas etapas de formação da consciência. A fala de um dos entrevistados, reproduzida abaixo, expressa bem essa construção da consciência. Primeiro, diante da condição objetiva descobriu que a alternativa era lutar pela mudança. Essa última começou com a conquista da terra, mas esse resultado não era o suficiente. Depois de conquistada, era preciso ampliar a luta pela terra, organizar o movimento, fortalecer um projeto diferente para o país:

Quem vive da terra, quem nasceu na terra, quem nasceu no campo, meus pais eram agricultores, meus avós também, porém vendo aquela situação a gente trabalhava a vida toda, meus pais meus avós, trabalhavam a vida toda, no entanto, uma coisa que é muito minha, mas que faz parte da nossa história é que quando meu pai morreu até as tábuas do caixão a gente ficou devendo e assim eu fiquei imaginando como é que uma pessoa que trabalha todos os dias da vida e quando ele morre não tem direito a nem um caixão. Naquela época não comprava caixão, mandava fabricar, nós ficamos devendo até a madeira do caixão. Aí, como eu já tinha uma visão de luta pela terra, já tinha ingressado no movimento sindical, no movimento da pastoral da juventude, aí eu descobri que não tinha outra saída senão lutar. Senão, se a gente não lutasse não conseguia sair do lugar. A gente ia continuar como os pais da gente, Sem Terra, trabalhando a vida toda pros outros, tudo que fazia teria que partir à metade com os outros e eu decidi não seguir o mesmo ritmo da minha família. Quando

eu conheci o movimento eu já tinha na cabeça que aquilo era o movimento que a gente precisava. Eu tomei essa decisão nas primeiras reuniões que eu fui. Eu tava convencido de que era possível a gente construir algo novo. E a gente tinha algumas pessoas que era sindicalista e que contava história do movimento Sem Terra no sul do país e que as pessoas ocupava a terra e que acabava avançando no processo e que se a gente não fizesse também esse processo da ocupação, provavelmente a gente não ia avançar na reforma agrária. E a gente sonhava com a reforma agrária. Aí eu me convenci que tinha que entrar na luta. (...) Deu certo, mas não acaba aqui. A gente ajudou a organizar a luta aqui na região, no estado. (...) hoje eu sonho com um outro Brasil, estou convencido de que só podemos viver com mais liberdade em um país diferente... (Entrevistado J)

A ocupação de terras é uma das vivências socioculturais mais ricas e complexas na construção do “modo de ser” dos “Sem Terra”, pois projetam mudanças lentas e profundas no posicionamento das pessoas diante do mundo. Ela prepara o terreno para o desenvolvimento do aprendizado das outras experiências que marcam a ação do movimento à medida que provoca uma ruptura de padrões sociais e culturais dominantes. Ela pode ser tida como a “essência” do MST, pois nela tem o início da organização das famílias e nela está inserida a “matriz organizativa” e, conseqüentemente, educativa do MST (CALDART, 2000, p. 109).

Caldart (2000, p. 110-112) aponta três dimensões educativas construídas no processo de ocupação: a *formação para a contestação social ou para a rebeldia organizada*, quando os Sem Terra aprendem a desobedecer, a se rebelar contra um destino contrário aos seus próprios interesses; a *formação para a consciência*, quando a partir da vivência do enfrentamento o Sem Terra constata a oposição entre classes; por último, o *reencontro com a vida*, com as raízes que lhe foram arrancadas pelo processo de exploração.

Quase todas as famílias do assentamento pesquisado vieram do meio rural, somente três famílias vieram de núcleos urbanos, da periferia de uma cidade próxima. Fizeram parte da primeira ocupação do movimento no estado de Minas Gerais. Nessa época, o movimento priorizava a organização das pessoas que moravam nas fazendas. Segundo Fernandes (2008), desde a fundação do MST, o perfil das famílias participantes das ocupações de terra vem se modificando. Se nos anos oitenta, prevalecia a participação de famílias de origem rural, nos anos noventa, com a intensificação da mecanização na agricultura e com o desemprego estrutural aumentou o número de famílias de trabalhadores de origem urbana nas regiões sul, sudeste e nordeste.

Em relação ao processo de ocupação da fazenda Califórnia, lugar que deu origem ao assentamento, as percepções são diferenciadas acerca deste momento. Para alguns entrevistados, foi uma ocupação “tranquila” porque não houve despejo. Contaram com o apoio da Igreja e lideranças políticas da região. Para outros, não foi visto como processo tranquilo, houve batalha judicial, a sensação de medo e insegurança era grande, pois estavam cercados por fazendeiros que pressionavam pela saída, o descontentamento de algumas pessoas da cidade, a presença da polícia militar.

Assim que ocuparam a terra, as comissões responsáveis pela organização da vida no acampamento (saúde, segurança, alimentação, roupas e comissão central) foram criadas e, posteriormente, os grupos de resistência. Estes grupos tinham a função de produzir alimentos para a subsistência e discutir política, fazer o trabalho de “consciência coletiva”. Cada grupo era composto por doze famílias e tinha um coordenador que participava da Comissão Central. Eram produzidas hortaliças, arroz, feijão, milho, mandioca, banana, dentre outros e, após a colheita, a coordenação dos grupos discutia como seria a divisão da produção. *“Quando ocupa a terra, o maior desejo do sem-terra é o de começar logo a produção porque isto garante a mistura definitiva desta terra com seu destino”* (CALDART, 2000, p. 113).

O acampamento amplia a “visibilidade” sobre os conflitos agrários, a precariedade das condições da vida material, *“agora, ninguém mais pode ignorar essas pessoas”* (FERNANDES, 1996, p. 46). Nos barracos de lona preta um conjunto de famílias se organiza em torno da produção da sua sobrevivência e da continuidade das ações de luta pela terra. Esta é uma das formas de luta utilizadas pelo MST com o propósito de educar, manter a base mobilizada, sensibilizar a sociedade para o problema agrário, pressionar o poder público para realizar a reforma agrária (CALDART, 2000).

Para além dessa dimensão, o acampamento constitui-se em um momento educativo fundamental, pois famílias de origem diversificadas aprendem a conviver, a definir regras e normas de relacionamento, a resolver problemas da sobrevivência, do cotidiano, a negociar, enfim, a forjar uma identidade coletiva de luta. Ali os corações e mentes se reuniam em torno de um objetivo claro e preciso que era a conquista da terra para poder trabalhar. Esse momento é considerado um momento feliz pelos entrevistados, em que a comunidade de interesses parecia sobrepujar as dificuldades

extremas.

(...) de vez em quando, a gente fica comentando, saudade daquele chão, que a gente passava bosta de vaca, passava barro nas parede da barraca. (...) parece que a gente tava muito mais feliz quando tinha aquele barraco do que hoje ter uma casa com parede de tijolo, telha, até mesmo uma cerâmica no chão. Tudo parecia que era mais gostoso, o pessoal era mais unido e hoje, depois que tem alguma coisa, parece que acham que tem o rei na barriga (Entrevistado E).

O assentamento, para o movimento, representa uma espécie de retaguarda econômica e política, de laboratório para gestação de novos valores e práticas na sociedade. É grande sua preocupação com a tentativa de articulação entre a organização do trabalho e da produção e o modo de organização da vida como um todo coerente com sua estratégia de luta mais ampla. A realização deste projeto é sempre bastante complexa e conflituosa e cada assentamento vai construindo sua trajetória própria, pressionado pelas circunstâncias específicas e capacidade organizativa em torno dos valores coletivos. No assentamento, trinta e nove das oitenta e duas famílias assentadas optaram pelo não parcelamento dos lotes, pelo uso coletivo da terra, créditos e pela produção coletiva. É desta experiência de formação do coletivo que tratará o próximo item.

O trabalho coletivo

Quando um “Sem Terra” de origem camponesa se torna assentado, um conjunto de valores relacionados à sua tradição cultural vem com ele e retorna com toda força neste momento do reencontro com a vida na terra sob novas bases. Vêm também, só que de forma mais tímida e menos consolidada, os aprendizados que começou a construir no processo de ocupação e luta para construir o novo projeto. É desta tensão entre valores, costumes e visões de mundo que suas escolhas, enquanto assentados vão se delineando. Na maior parte das vezes, sua expectativa é retornar à “vida normal” bem distante daquela vivida sob a lona do acampamento e possivelmente mais próximo do tipo de experiência anterior (CALDART, 2000).

Nos primeiros anos de vivência no acampamento, a maior parte dos trabalhadores passou pela experiência da produção e divisão da produção coletivamente. Após três anos de experiência no trabalho coletivo, algumas famílias resolveram partir para a produção individual e um grupo de vinte e duas famílias,

primeiramente, e trinta e nove, definitivamente, deliberaram pela apropriação coletiva da terra e dos créditos e organização do empreendimento coletivo no momento da consolidação do assentamento. Segundo entrevistados, as famílias que escolheram trabalhar individualmente o fizeram por não conseguirem se adaptar ao trabalho coletivo, por acharem que ele não atendia às necessidades específicas da sua família e, principalmente, por julgarem necessário ter maior autonomia na definição do ritmo e forma de trabalho.

Essa disputa entre formas individuais e coletivas de organizar a produção coloca em questão a configuração a ser assumida pelo assentamento frente à dinâmica capitalista na qual está inserido. A busca por alternativas pressupõe romper com o isolamento do trabalho do agricultor mais tradicional, sobretudo diante das condições objetivas que tornam bastante difíceis as alternativas individuais. A discussão sobre cooperação agrícola no MST representa uma opção na resolução dos problemas relativos à viabilização econômica dos assentamentos e à forma de resistência à destruição dos modos de organização da produção dos camponeses, provocada pelo avanço do capitalismo.

Se, de um lado, a construção do trabalho coletivo esbarra em questões como o isolamento próprio da condição objetiva de vida do agricultor familiar, os valores individualistas inerentes à concepção de mundo burguesa, (materializados inclusive nas políticas do Estado na condução da reforma agrária, como crédito e assistência técnica dirigida a famílias individuais), de outro lado, a sobrevivência do camponês individualmente diante das transformações na estrutura produtiva são bastante árduas. A fala de um assentado entrevistado expressa um pouco a complexidade desta dinâmica:

Discutir cooperação precisa ter formação, né, passa por um processo das pessoas que vêm, cada um lá do seu município, há anos trabalhando a meia, de empregado. Requer reconstruir, construindo novamente com as pessoas essa ideia, de conscientização do que que é isso. Cada um, às vezes isoladamente, vem querendo seu pedaço de terra ou tocar a sua vida de forma individual, individualista, muito grande. Então, trabalhar o processo de cooperação não era tão simples assim. É muito difícil realmente as pessoas entender, né. Esse era um dos grandes problemas, e aí a questão do individualismo que é a questão da cooperação, porque qual que é uma das avaliações que tem no MST: individualmente, se for pra sobreviver na agricultura hoje, se não houver nenhum processo de cooperação, é muito difícil, as dificuldades são extremas (Entrevistado P).

No enfrentamento destas questões, o MST investe na formação dos assentados em torno da discussão do trabalho coletivo e da cooperação agrícola. Uma oficina de formação ocorrida entre os dias primeiro de novembro e dez de dezembro de 1996, conhecida como laboratório, desencadeou a decisão de formar o grupo coletivo e a cooperativa no assentamento Primeiro de Junho. Essa oficina combinava um período de discussão teórica e outro período de trabalho prático sobre os princípios de cooperação do MST, a história do cooperativismo no Brasil e o modo de organizar uma cooperativa de produção agropecuária. Foi visto também que, para os assentados entrevistados, quarenta dias de formação foi pouco para consolidar os valores do cooperativismo. Embora a experiência no trabalho coletivo seja formadora, o espaço para a reflexão sobre o significado do cooperativismo praticamente ficou restrito a esse momento do Laboratório.

Esta é, segundo entrevistados, uma das possíveis explicações para o posterior “fracasso” da cooperativa. Na luta entre os valores da antiga sociedade e da nova, a formação mais sistematizada localizada somente no início da construção da cooperativa não deu conta de sustentar o trabalho coletivo por tempo maior. Isso não significa que os assentados entrevistados não acreditem mais no trabalho cooperativado. Ao contrário, quando perguntados sobre o assunto, todos (grupo da cooperativa e grupo dos desistentes) responderam que acreditam no trabalho na cooperativa, que essa é a melhor forma de sobrevivência da comunidade, que os resultados por eles alcançados são bem maiores, principalmente se comparados aos que trabalham a terra individualmente desde o início do assentamento, que o fruto do trabalho coletivo é apropriado coletivamente: “eu trabalhei muito no coletivo pro fazendeiro, prá fábrica. A diferença é que a sobra é dele, numa cooperativa é de todos”.

Vale ressaltar que não existe uma distinção conceitual bem demarcada entre trabalho coletivo e trabalho na cooperativa, para os assentados. Para eles estes termos são sinônimos. O fim da cooperativa levou os trabalhadores a pensar em novas significações para o trabalho coletivo, e, conseqüentemente, novas experimentações deste. Segundo Zimmermann (1989), existem várias formas de viabilização das cooperativas agrícolas: lote separado; trabalho conjunto com lote separado; lote sem medição ou identificação, porém registrado para família; não divisão da área em lotes. Existem ainda formas diferenciadas de cooperação: coletiva, semicoletiva, associação

de máquinas, associação de vizinhança. Os assentados vinham pensando e discutindo essas possibilidades.

Se o problema não está na convicção de que o trabalho coletivo é a melhor alternativa para construir a vida no assentamento, então por que a cooperativa acabou? Para os entrevistados, o grande problema estava no retorno financeiro esperado e na regra do desconto aos dias não trabalhados. “Chegou um momento que o pessoal, que o que produziam não dava nem pra dividir pros sócios” (Entrevistado K). Eles parecem estar cientes das crises econômicas pelas quais o país passou, dos problemas sofridos pela produção com as intempéries da natureza. Como bem expressa um dos entrevistados, não é o grau de formação ou a quantidade de trabalho realizado que vão resolver os problemas enfrentados no assentamento, “falamos da dificuldade de organizar politicamente com a baixa produtividade” (Entrevistado A).

Nesse sentido, não se pode perder de vista os limites do cooperativismo no contexto das relações de produção capitalistas. São muitas as dificuldades experimentadas pelos empreendimentos solidários que têm uma perspectiva revolucionária. Existem limites de toda ordem, que vão desde a escassez de recursos, as dificuldades de inserção em um mercado voltado para atender aos interesses das multinacionais do setor de alimentos, falta de assistência técnica e de tecnologias que auxiliem este tipo de empreendimento, até a questão dos valores das culturas tradicionais e da ideologia dominante.

Mas isso não desmerece o processo de socialização e educação do ser humano fundado no trabalho coletivo e na cooperativa, vivenciado pelo assentamento pesquisado. Essa foi uma espécie de laboratório onde novas relações de sociabilidade baseadas na solidariedade e na tomada coletiva de decisões puderam ser experimentadas.

Formação política

A construção da educação vinculada à emancipação das classes subalternizadas passa, dentre outros aspectos, por realizar a reforma moral e intelectual condizente com o processo de elaboração da hegemonia dos trabalhadores e ampliar o domínio do trabalhador sobre o trabalho não somente na dimensão técnica

e científica, mas também na política. A dimensão política é aqui entendida como a capacidade de compreender e intervir nas escolhas e decisões pertinentes ao trabalho e à vida coletiva no assentamento e à capacidade de entender a relação entre as lutas no assentamento e as lutas mais amplas pela reforma agrária e por um projeto democrático-popular para o Brasil. A experiência vivida no assentamento parece ter contribuído para o desenvolvimento desta educação, apesar dos limites impostos pelas relações sociais capitalistas.

Segundo Caldart (2000), o MST pode ser visto como expressão da combinação de duas lógicas específicas, porém articuladas. A do movimento que faz avançar a luta pela reforma agrária, mobilizando as massas para “ocupar, resistir, produzir”, fomentando iniciativas na direção da transformação da ordem vigente e a da organização necessária para viabilizar a produção nos assentamentos, encontrar jeitos e formas de trabalhar alternativas à lógica de organização e produção próprias das famílias rurais de onde vieram os Sem Terra.

É do confronto entre essas duas lógicas que um conjunto de saberes é mobilizado e construído para a realização do trabalho no assentamento, saberes estes centrais no clareamento do contexto no qual estão inseridos e das escolhas quanto ao projeto que querem implementar. Segundo assentados entrevistados, a cooperativa foi criada não somente para melhorar as condições de sustentabilidade da comunidade, mas também e principalmente avançar na construção das condições de liberdade. Liberdade aqui entendida como autogestão dos processos produtivos, fortalecimento da luta pela reforma agrária e, muito além dela, construção de um projeto alternativo para o país. Para o MST

toda cooperativa deve ter “um caráter político e um caráter de empresa econômica” e que “os cooperativados não devem ter a ilusão de que a organização econômica dos assentados conseguirá livrá-los da exploração capitalista” (Sistema, 1998 apud Menezes Neto, 2003, p. 87).

Essa compreensão da necessidade do trabalho político para fazer avançar o projeto mais amplo do movimento é tão clara no assentamento que a cooperativa manteve por cerca de oito anos quatro sócios liberados do trabalho no seu interior para que se dedicassem integralmente às atividades de direção do movimento no estado.

A cooperativa nossa, no momento que a gente fundou a cooperativa nossa ela liberou quatro militantes para o movimento. Foi em média por oito anos. Mesmo assim, quando precisava mais gente pra dar força, ah precisa de uns cinco aqui pra ajudar a fazenda tal, ficar lá mais dez dias, quinze dias, tornava a tirar mais gente e mandava pra lá. E se você perguntar se tem alguém com algum reclamamento dessa situação, a maioria das pessoas tem consciência que precisa pra luta avançar, nós tem que apoiar. Porque pra nós ter a terra outros que apoiou, outros que ajudou. A própria alimentação quando você chega na terra, se o povo não manda pra nós, nós vamos viver do que? Esse trabalho dessa consciência a gente vai passando. (...) Foi vindo, o movimento foi crescendo e as lideranças foram aumentando. E naquele momento as lideranças eram deste tantinho. Se a gente prendesse as lideranças no local de trabalho quem que ia dirigir o movimento no estado, nas regiões? (Entrevistado C).

Tendo sido um dos primeiros assentamentos do MST criados em Minas, muitas das famílias, sobretudo as vinculadas ao trabalho na cooperativa, tomaram para si a tarefa de fazer avançar a luta pela terra na região. De um modo geral, os entrevistados concordam que esta é uma necessidade e quanto mais fizerem por aumentar o número de áreas de reforma agrária, mais fortalecidos estarão na imensidão de problemas colocados para o pequeno agricultor e para a sociedade como um todo.

Contribuímos bastante nas lutas aqui na região porque nós fomos os primeiros aqui da região (...). Foi realmente uma boa semente plantada aqui na região e hoje, 2008, somos cerca de 14 ou 16 assentamentos na região e na maioria deles nós tivemos uma sementinha plantada, nós contribuímos (Entrevistado A).

Conforme Fernandes (1996), no processo de construção da experiência dos assentamentos vinculados ao Movimento, é fundamental que a luta pela terra e pela reforma agrária não separe a dimensão econômica da dimensão política. Após a conquista da terra, coloca-se o desafio de fortalecer a formação do MST, organizando simultaneamente as cooperativas agrícolas e as ocupações, investindo na formação profissional necessária ao trabalho diante das mudanças na estrutura produtiva e na formação política necessária ao projeto de sociedade mais amplo.

As famílias que hoje vivem aqui sabem, por mais que a prática pode não condizer tanto com a teoria, sabem muito bem valorizar a organização na qual nós pertencemos, o MST; sabem da importância que foi e que é a conquista desta área aqui, a luta pela reforma agrária e nós ainda temos consciência de quanto nós precisamos melhorar em vários aspectos (Entrevistado A).

Um dos desafios colocados pelo Movimento é o da inserção das famílias

assentadas na dinâmica de organização própria do MST, na garantia de sua participação efetiva nas ações que integram a luta por um projeto popular de desenvolvimento para o Brasil. Parte da compreensão de que a luta não termina com a conquista da terra. Começa aí a disputa por crédito, assistência técnica, estradas, saúde, educação etc., uma vez que o modelo econômico atual marginaliza a agricultura, cerceando as possibilidades de sobrevivência digna na terra conquistada. Além disso, a luta continua enquanto ainda existirem famílias Sem Terra, apontando para a formação de uma solidariedade de classe. “O MST sempre procurou desenvolver em sua base social a compreensão sobre os componentes estruturais da luta pela reforma agrária e sua relação com o conjunto de problemas da sociedade” (CALDART, 2000, p. 94).

O que vale um assentamento sem ter um movimento forte aí em sua volta pra fazer as reivindicações, pra ajudar a pulsar as pautas da reforma agrária? Teria de novo voltar à pequena propriedade, depois voltar o atraso que é abandonar a pequena propriedade, voltar pra cidade. Por isso precisava um movimento forte pra que os assentamentos se tornassem fortes, pautando as suas reivindicações (Entrevistado C).

Segundo os entrevistados, o assentamento sempre participou das atividades políticas propostas pelo movimento, tem representantes nas instâncias organizativas, envolve-se nas marchas, passeatas, mobilizações, ocupações de terra, empresas, órgãos públicos. Porém, teve dificuldades em mobilizar as famílias nos últimos tempos em função da crise da cooperativa. Consideram ser um problema momentâneo e vinham trabalhando na reorganização política do assentamento que estava muito ligada à cooperativa.

A leitura própria da história no MST, necessária à reforma moral e intelectual, vai se construindo na luta, nas formas de organização que desenvolve para enfrentar seus opositores de classe e superar sua condição de explorado economicamente e de subalternidade em termos políticos e culturais.

O movimento Sem Terra, o papel dele, o que ele trabalha é essa questão é que você cada vez mais tem que conhecer (...) e o que ficar escondido pra mim é mau porque os governantes sempre queriam que as pessoas se tornassem cada vez mais burras, né. Porque é melhor o cara chega aqui pra induzir a gente. Quem tem conhecimento, jamais vai deixar ser enganado. (...) Na verdade, é por isso é que o movimento trabalha isso. É a maior herança que o movimento dá pra cada membro que pertence a esse movimento é essa herança. Não é

o pedaço de terra que ele tá ajudando a conquistar, não é a casa, mas é essa questão de juntar, de colocar o cidadão a se conhecer e começar a questionar. Hoje você pega qualquer um, por mais simples que ele seja, ele sabe questionar hoje a questão da realidade. Se você falar assim, como poderia ser, ele sabe o que seria bom para ele e que ajudaria, eu acho que essa diferença que sempre foi escondido de nós que é conhecer para poder questionar (Entrevistado F).

Juntamente com esta leitura própria da história, com o processo de reconhecer-se como produto das circunstâncias, tomar consciência de si, a formação para a ação e intervenção na realidade pode ser considerada um dos avanços mais notáveis na construção desses sujeitos. A dinâmica da direção coletiva, da divisão de tarefas, da tomada de decisões em assembleias pressupõe uma série de aprendizagens que vão sendo construídas à medida que os Sem Terra vão participando das ocupações, acampamentos, assentamentos, escola, movimento. Para participar é preciso aprender a ouvir, respeitar opiniões diferentes, defender suas ideias, fazer escolhas, votar, assumir a condição de dirigente, de condutor das próprias vidas. Uma das assentadas entrevistadas diz que uma das principais coisas que aprendeu com o movimento foi “nas reuniões falar, esperar o outro, respeitar as normas (...) isso eu aprendi no movimento, de pedir a palavra, esperar, quando for minha vez, falar”. (Entrevistado D).

Além disso, a cooperativa exigiu dos assentados o domínio de conhecimentos na área de gestão que foram sendo construídos na experiência da gestão coletiva e por meio de cursos oferecidos na área. Desses, ao contrário dos cursos voltados para determinada área técnica, todos os integrantes da cooperativa participavam.

Quando surge oportunidade (...) e aparece esses recursos do fundo do amparo ao trabalhador, que vai oferecer alguns cursos, a gente seleciona as pessoas de acordo com a demanda do setor e as pessoas vão de acordo com a área de atuação deles. Se eu tô mexendo com horta, eu vou pro curso de horta. Agora aqueles mais geral que a gente faz sobre mercado, pesquisa de mercado, esses cursos que todo mundo deveria estar aprendendo mais administrativo, todo mundo deveria estar participando deles pra poder também aprender a administrar o seu setor, o cara tá lidando com administração no dia a dia. Esses aí quase ninguém escapava (Entrevistado J).

É uma preocupação constante do MST não somente a formação técnica, mas também a formação política e dirigente. Neste contexto, a formação do camponês aproxima-se das postulações acerca do trabalho como princípio educativo, particularmente na interpretação gramsciana. Essa parece ter sido a perspectiva

buscada pelo assentamento estudado quando no momento da sua constituição teve das oitenta e duas famílias assentadas trinta e nove trabalhando a terra coletivamente. Ao adotarem o trabalho cooperativo passaram a se perceber não como concorrentes, mas como solidários, como produtores, com uma formação que busca articular os conhecimentos técnicos com os políticos.

Considerações finais: trabalho e movimento educativos

Pensamos, até então, as dinâmicas da formação dos “Sem Terra” enquanto sujeito coletivo que luta pela reforma agrária, os limites e potencialidades do trabalho coletivo e a dimensão política da formação presentes no assentamento. Uma das questões que se coloca para finalizar a análise trata de refletir sobre dois espaços desta formação, o trabalho e o movimento, e como estes se relacionam com a cidade.

Caldart (2000) defende a necessidade política e pedagógica de pensar o movimento social como um dos pilares pedagógicos fundamentais na compreensão e construção de um projeto educativo crítico aos processos de exclusão social, um projeto que aponte para a construção de uma sociedade com justiça social e trabalho para todos. Neste sentido, o MST, com sua história, permite ver a centralidade da configuração desse movimento, da formação do sujeito social Sem Terra, da sua experiência humana para o processo de educação.

Por isso, a referida autora postula que o processo de construção histórica do sujeito social Sem Terra e de formação humana tem como matriz e princípio educativo o movimento. Ao procurar entender qual o sentido mais profundo da “experiência humana de ser Sem Terra, ou ser do MST” (p. 130-131) nos deparamos com um movimento educativo que nos leva às questões centrais próprias do campo pedagógico e da educação enquanto formação humana, a saber, como acontece o processo que produz o ser humano, como ocorre a educação que faz do homem, homem, quais os valores que orientam essa prática educativa e em qual direção?

A dimensão educativa do movimento apareceu nos vários relatos dos entrevistados sobre a história da ocupação, da constituição do acampamento e do assentamento, do trabalho na cooperativa. É evidente a transformação ocorrida na vida dessas pessoas e essas reconhecem o lugar do movimento na construção desta

história. “O Movimento me *ensinou a conviver e ser Sem Terra*” (Entrevistado E). O movimento mobiliza as vontades e imprime um jeito de fazer as coisas que cria um modo de ser. A tendência ao isolamento, característico da vida rural, é relativizada pela organização social e política dos acampados e, posteriormente, assentados. Não é por acaso que grande parte dos entrevistados fala que o que mais aprendeu com o movimento foi a convivência, o trabalho coletivo, o viver juntos, o criar regras de convivência coletiva. É um jeito de viver que, como se refere Caldart (2000), reintegra as pessoas à vida social, conforma seu jeito de ser, sua “humanidade em movimento” (p. 130).

Os entrevistados foram unânimes ao dizer que o Movimento “provocou uma revolução nas vidas” (Entrevistado C) e que sem ele não seriam quem são hoje. O sentido desta transformação é mais imediato para alguns – a conquista da terra para nela trabalhar – e mais ampliado para outros – “fazer avançar o sonho da reforma agrária” (Entrevistado J); “hoje eu sinto orgulho de ter participado da luta pra hoje outros ter condição melhor” (Entrevistado C).

Para além desta dimensão de formação de um sentimento de pertença a uma história de luta e das conquistas por ela engendradas, as vivências socioculturais desencadeadas pelo Movimento também trouxeram mudanças na forma dos assentados se colocarem diante do mundo. Esta mudança se expressa nas lutas por acesso a direitos básicos como saneamento, saúde, educação, transporte, a participação ativa na política do município, tendo inclusive um assentado como secretário da pasta da agricultura de um governo municipal vinculado ao Partido dos Trabalhadores e candidatos a vereadores do assentamento. Uma das entrevistadas relata este processo

Hoje eles respeitam a gente, mas eu lembro de situação assim, nossa, a gente passou muita dificuldade no acampamento (...) a gente ia pro mato, pegava vassoura, a gente ia pra cidade pra vender, a gente não precisava falar, eles sabiam que a gente era. Tudo deles é: quem é o líder de vocês? A gente não tem líder; tem sim, quem é que manda em vocês? Mas não tem, ninguém manda em mim. A gente faz reunião, decide o que vai fazer e pronto (...) era aterrorizante. Era porque logo no início, a gente chegava na cidade: olha os pés sujos, os pés vermelhos do acampamento; a gente oferecia a vassoura e eles: não vou dar dinheiro pra vagabundo, pra sem serviço, não. Até que com o tempo a gente conseguiu movimentar a economia da cidade, trazer produtos pra cidade porque aqui não tinha nada, era tudo trazido de fora. A gente mudou a política do município porque nós era muita gente que votava e os políticos da cidade, era dois grupos

(...) e a gente chegou e acabou com isso e quem a gente apoiou, ganhou. Depois disso eles passaram a respeitar a gente (...) a gente reivindica coisas básicas, transporte pra escola... (Entrevistado K).

A relação com a cidade foi se modificando com o tempo. Após as pressões e resistências sofridas no início do acampamento e assentamento, as famílias foram ocupando espaços, a oferta de bens e serviços foi movimentando o comércio local, a organização política foi gerando conquistas importantes como a escola no assentamento, a participação de alguns assentados na gestão municipal e organizações da sociedade civil⁶.

O trabalho na cooperativa representou um espaço fundamental na formação dos assentados em torno do trabalho coletivo, da gestão da produção, da postura dirigente na condução do seu trabalho e vida, da necessidade de sacrifícios de ordem corporativa para alcançar objetivo político mais amplo. Além disso, quando perguntados sobre o significado do trabalho para suas vidas, foram unânimes ao afirmar a centralidade deste. A ênfase dada a essa centralidade variava do preencher a vida, ocupar a mente até “não consigo ver a vida sem o trabalho, ele é o centro”. Não é todo e qualquer trabalho central para os entrevistados, mas o trabalho no assentamento, onde os frutos podem ser vistos e apropriados. Para alguns, trabalho é local de prazer e realização, de serviço à comunidade, onde posso contribuir mais.

O trabalho realizado nas fazendas como arrendatário, meeiro ou empregado, antes da ocupação e constituição do assentamento, é visto por todos os entrevistados como local de exploração, onde se trabalhava dia após dia sem que o resultado garantisse as condições mínimas de sobrevivência. Relatos de fome, humilhação, opressão são comuns entre os assentados. O trabalho nestas condições é somente um meio precário de vida, não o “centro” da vida.

A “débâcle” da cooperativa gerou um vácuo político e social no assentamento, apontando a necessidade de olhar teórica e praticamente para outros espaços do processo educativo. Os assentados entrevistados começavam a vislumbrar essa necessidade e construir alternativas de organização econômica, social e política. No momento da pesquisa de campo este era ainda um processo incipiente. Ainda não dava para ver claramente para onde a reconstrução dos projetos das famílias do grupo

⁶ Esta dimensão do processo de construção da relação com a cidade precisa ser mais bem investigada. Um dado curioso, por exemplo, é que, se no início do assentamento as crianças iam para a escola localizada na sede do município, hoje ocorre movimento contrário: algumas crianças da cidade estudam na escola do assentamento.

coletivo iria caminhar.

Procurar somente no processo de trabalho no sentido estrito, no objeto ou instrumento de trabalho as respostas para o problema da formação dos “Sem Terra” não permitem alcançar a complexidade dos processos formativos. É claro que a materialidade é fundamental na compreensão do tipo humano formado em determinado contexto, mas a dimensão das ideologias, das visões de mundo, da política representa elemento importante na identificação das escolhas dos sujeitos na produção da sua existência. Afinal, como nos ensina Gramsci (1980), os métodos de trabalho são indissolúveis da forma de pensar e sentir a vida.

Enfim, quando se pensa no trabalho como princípio educativo, é preciso perguntar como, em que medida e em quais situações o trabalho é educativo. Não é possível pensá-lo abstratamente, fora das condições de sua produção. Mesmo na sociedade capitalista, o trabalho é um princípio educativo ainda que seja bastante difícil perceber as dimensões educativas deste no interior das relações capitalistas. Nesse sentido, o trabalho coletivo vivido no assentamento foi profundamente formador.

Referências

ARROYO, Miguel. **Boletim da Anped**. Rio de Janeiro, jun. 1986.

_____. “Trabalho - Educação e Teoria Pedagógica”. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e Crise do Trabalho**. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. **Passageiros da noite. Do trabalho para a EJA**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2017.

BOGO, Ademar. **O MST e a cultura**. Caderno de Formação n. 34, São Paulo: MST, out/2000.

BRANDÃO, Nágela. **O trabalho como princípio educativo em um assentamento de reforma agrária**. 2011. 180f. Tese (Doutorado em Educação) – UFMG, Belo Horizonte.

_____. A produção da vida material em um assentamento de reforma agrária em minas gerais: reflexões a partir do conceito “processo de trabalho”. **Anais do VII SITRE – Simpósio Internacional Trabalho, Relações de Trabalho, Educação e Identidade**. Belo Horizonte, 28 a 30 de maio de 2018. Disponível em <https://sitre2018.appos.org.br/anaisviisitre2018/>. Acesso em 10 de julho de 2021.

CALDART, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Educação do campo e território camponês no Brasil. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (org.). **Educação do Campo: campo, políticas públicas, educação**. Brasília: INCRA/MDA, 2008, p. 39-66. (NEAD Especial, 10).

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In: GOMEZ, Carlos Minayo et al. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2004,

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e crise do trabalho**. Petrópolis, Vozes, 1998. p. 55-75.

MENEZES NETO, Antônio Júlio. **Além da terra: cooperativismo e trabalho na educação do MST**. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

_____; BRANDÃO, Nágela. O trabalho como princípio educativo na educação do campo e no MST. In: MENEZES NETO et al. **Trabalho, política e formação humana: interlocuções com Marx e Gramsci**. São Paulo: Xamã, 2009. p. 175-188.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Terra, trabalho e educação: experiências socioeducativas em assentamentos do MST**. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2000.

ZIMMERMANN, N. de C. **Depois da terra, a conquista da cooperação: um estudo do processo organizativo num assentamento de reforma agrária no RS**. 1989. 212f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - UnB, Brasília.